



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS
SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO RECAPEAMENTO DE VIAS, EM CONCRETO
BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), EM MUNICÍPIOS INSERIDOS NA
ÁREA DE ATUAÇÃO DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.**

Setembro/2020

ÍNDICE

1	FINALIDADE	3
2	HISTÓRICO	3
3	DEFINIÇÃO DO OBJETO	5
4	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE	11
5	CUSTOS	12

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1 FINALIDADE

Trata-se do processo licitatório para execução dos serviços necessários ao recapeamento de vias, em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), em municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, através da Constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP, com a consequente efetivação da Ata de Registro de Preços e respectivo Termo de Contrato.

- Lote 01: Execução dos serviços de recapeamento de vias, em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), em municípios da Mesorregião do Sertão Pernambucano e da Mesorregião do São Francisco Pernambucano, inseridos na área da atuação da 3ªSR.
- Lote 02: Execução dos serviços de recapeamento de vias, em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), em municípios da Mesorregião do Agreste Pernambucano e da Mesorregião da Mata Pernambucana, inseridos na área da atuação da 3ªSR., pertencentes ao domínio da 3ª SR.

2 HISTÓRICO

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim (Codevasf), empresa pública, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), promove o desenvolvimento e a revitalização de suas bacias hidrográficas com a utilização sustentável dos recursos naturais e estruturação de atividades produtivas para a inclusão econômica e social; objetivando a redução da desigualdade e induzindo o desenvolvimento regional sustentável.

A Codevasf foi criada em 1974 pela Lei nº 6.088/1974; inicialmente com atuação nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe e parte do Distrito Federal; atuando na bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Até o ano de 2017 a Codevasf atuava em 69 municípios pernambucanos. Com o advento das Leis nº 13.507/2017 e 13.702/2018, a abrangência de atuação da Codevasf-3ª/SR passou para 118 municípios, numa área total de 74.818 km² e população (2016) 2.505.736 habitantes, nos domínios das bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Mundaú, Paraíba do Meio e Una.

Por sua vez, com o advento da Lei nº 14.053 de 08 de setembro de 2020, a qual, altera a Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974, para inclusão de bacias hidrográficas na área de atuação da Codevasf, inclusive das demais bacias hidrográficas e litorâneas do Estado de Pernambuco; a Companhia passou a atuar em todo o território pernambucano, compreendendo seus 184 municípios e o arquipélago Fernando de Noronha; numa área de 98.076,021 Km², com 9.616.621 habitantes (estimado em 2020).

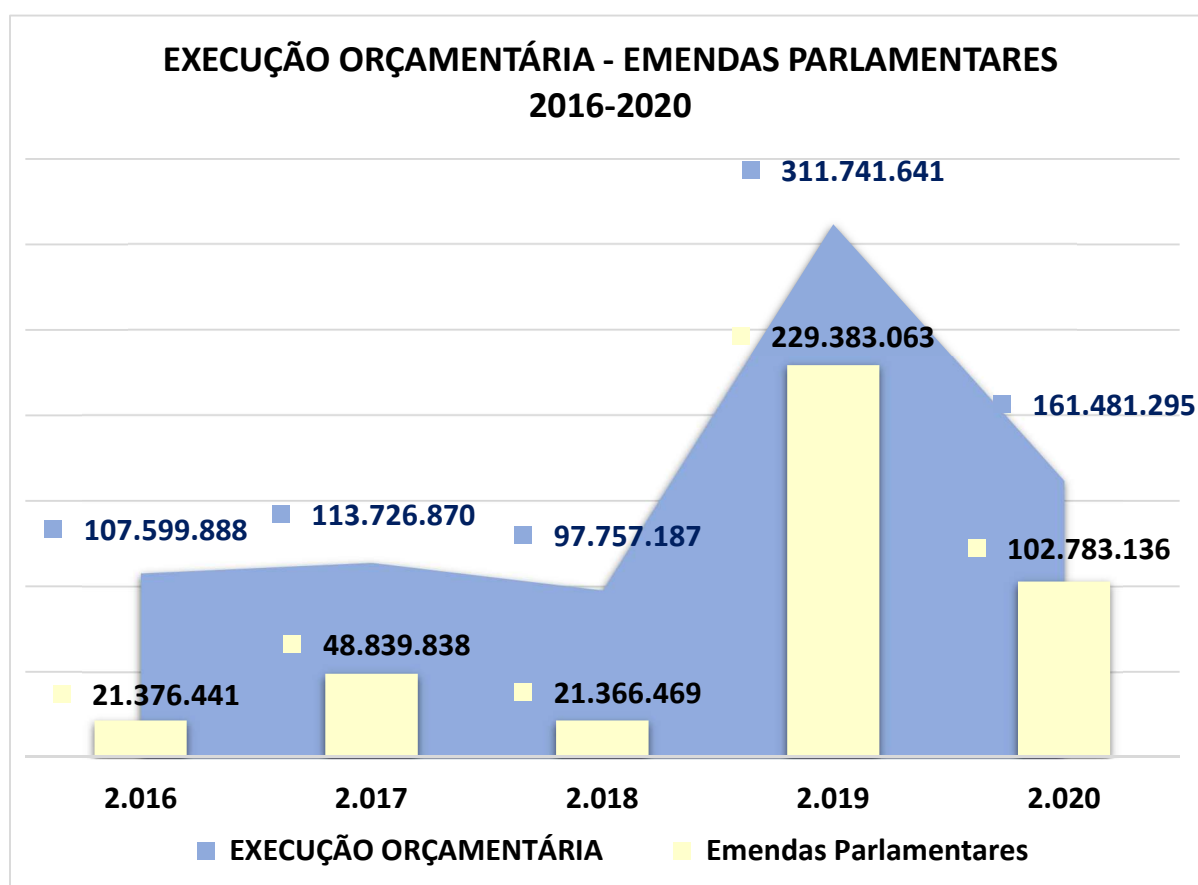
Nos últimos 05 (cinco) exercícios financeiros, período de 2016 a 2020, foram alocados no orçamento da Codevasf, decorrente de indicações parlamentares o montante de R\$ 423.849.015,00. Ensejando, assim, um incremento substancial na execução orçamentária da Codevasf-3ª/SR.

Em paralelo com o aumento da área de atuação no território pernambucano, a Codevasf, também tem vivenciado um período de expressivos acréscimos na alocação e execução de recursos orçamentários, especialmente aqueles oriundos de indicações parlamentares, tanto os consignados nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), quanto os descentralizados,

especialmente pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs).

Nos últimos 05 (cinco) exercícios financeiros, período de 2016 a 2020, foram alocados no orçamento da Codevasf, decorrente de indicações parlamentares o montante de R\$ 423.849.015,00. Ensejando, assim, um incremento substancial na execução orçamentária da Codevasf-3ª/SR.

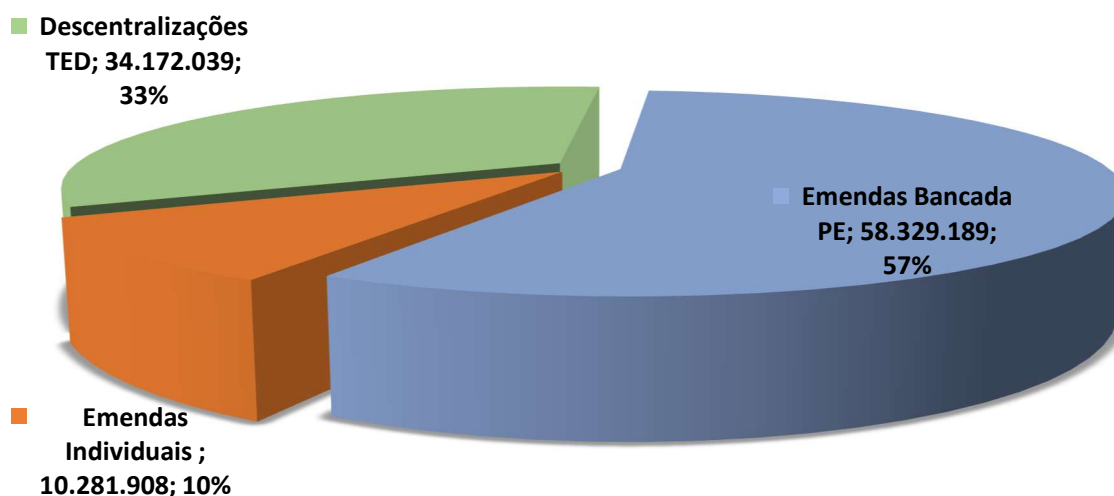
Uma vez que, em 2016 as indicações parlamentares corresponderam a 20% do total executado na Codevasf-3ª/SR, percentual que se repetiu em 2018, e teve um acréscimo em 2017 quando representou 43%. Ao tempo em que, em 2019 as indicações parlamentares representaram 73% do montante executado. Por sua vez, no corrente exercício de 2020, as indicações parlamentares já representam 63% do orçamento a ser executado pela Codevasf em Pernambuco.



No que diz respeito, a execução orçamentária no corrente exercício de 2020, encontra-se previsto na LOA/2020 para execução pela Codevasf em Pernambuco, o montante de R\$ 68.611.097,00 provenientes de emendas parlamentares. Sendo R\$ 10.281.908,00 de emendas parlamentares individuais e R\$ 58.329.189,00 de emendas parlamentares de bancada. Também foram descentralizados créditos orçamentários provenientes de indicações parlamentares junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional no montante de R\$ 34.172.039,00; perfazendo o montante de R\$ 102.783.136,00.

Os quais já foram integralmente descentralizados para execução, aguardando a conclusão dos certames licitatórios para que sejam procedidos os devidos empenhos de despesa e contratações decorrentes.

INDICAÇÕES PARLAMENTARES - CODEVASF - 3ª/SR 2020



Convém ainda trazer à baila, a ampliação das atividades executadas pela Codevasf, que a partir do exercício financeiro de 2019, decorrente do rearranjo administrativo promovido pelo Governo Federal, quando instituiu e unificou no Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), as ações e orçamentos que eram executados pelos extintos Ministério da Integração Nacional (MI) e Ministério das Cidades (MC).

Dessa feita, a Codevasf passou a executar empreendimentos no âmbito do “Programa 2217 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO”, especialmente, no que diz respeito à “Ação 1D73 – APOIO À POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO”; os quais até 2018 eram executados pelo Ministério das Cidades (MC).

O Programa/Ação 2217.1D73, tem por objetivo a formulação e implementação, por meio de projetos demandados pelos entes federados e aportes de recursos, de **ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos urbanos, drenagem urbana, saneamento integrado, elaboração de estudos, planos e projetos, pavimentação e calçamento de vias urbanas, transporte público, acessibilidade, regularização fundiária, acesso à moradia e urbanização**, dentre outras caracterizadas como desenvolvimento urbano; visando a melhoria das condições sanitárias, de habitabilidade, mobilidade e acessibilidade urbanas.

Por isso, o arcabouço de empreendimentos passíveis de execução no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) e suas controladas, passou a constar desse significativo incremento decorrente das **ações voltadas a drenagem e pavimentação urbanas, qualificação viária e acessibilidade**.

Ensejando, assim, a possibilidade de alocação e execução de recursos para execução pavimentação de vias locais, coletoras, arteriais, estruturantes e de pedestres, sistema de drenagem de águas pluviais para as vias objeto da intervenção, sinalização viária e moderação de tráfego, obras de arte especiais, redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nas

vias a serem pavimentadas, objetivando a implantação de infraestruturas de acessibilidade universal, propiciando maior conforto, segurança, mobilidade e habitabilidade.

3 DEFINIÇÃO DO OBJETO

3.1 Da necessidade de contratação dos serviços de recapeamento.

O Plano Plurianual 2020-2023 do Governo Federal, estabelecido pela Lei nº 13.971/2019, incluiu o PROGRAMA: 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; vinculado ao OBJETIVO: 1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas.

Ao tempo em que, no Plano Anual de Negócios - PAN 2020 da Codevasf, destaca dentre as principais ações que contribuem para o Objetivo Estratégico da Companhia “**Apoiar projetos de desenvolvimento local integrado e sustentável**”: projetos para pavimentação de vias públicas, recuperação de estradas vicinais, construção/recuperação de pontes, construção de infraestruturas hídricas, urbanização de áreas.

As quais estão vinculadas aos processos de negócios: **Economia Sustentável**; agrupando os objetivos que visam a inclusão produtiva e implantação de infraestruturas logísticas, proporcionando o aumento da produção e do acesso aos meios produtivos, oferecimento de acompanhamento das atividades, ampliação do acesso aos mercados e incentivo produtivo.

Tendo em vista que essas ações movimentam a economia das regiões, possibilitando o desenvolvimento econômico que podem contribuir de maneira significativa para a geração de empregos e renda, promovendo o desenvolvimento regional e beneficiando milhares de famílias dos municípios que integram a área de atuação da Codevasf.

Não obstante, de acordo com as Diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) utiliza linhas de ações que visam o desenvolvimento local regional, identificação das potencialidades locais, e impulsionamento do desenvolvimento social e econômico da região.

As políticas públicas de promoção de infraestruturas urbanas e de promoção do desenvolvimento regional e produtivo devem atuar de forma articulada visando proporcionar uma melhor qualidade de vida à população por meio das transformações estruturais e a integração das economias regionais, na busca de melhorias para a população.

Pelo que, as ações de ampliação da acessibilidade, mobilidade e habitabilidade contribuirão diretamente para a inserção mercadológica e dinamização das atividades produtivas locais e regionais. Proporcionando, a melhoria do acesso e tráfego de pessoas e da comercialização da produção, minimizando custos de deslocamentos e prejuízos decorrentes do déficit na qualidade das vias; promovendo melhorias na qualidade de vida da população beneficiada e geração de emprego e renda.

Destarte, a execução pela Codevasf dos “serviços de recapeamento de vias em CBUQ”, nos termos do certame licitatório em apreço, proporcionarão o apoio à infraestrutura urbana e produtiva, e, o fomento à sustentabilidade local em municípios localizados em sua área de atuação no Estado de Pernambuco.

Uma vez que, segundo especialistas a grande variação de temperatura e a poeira, por falta de precipitação, tal como ocorre no semiárido nordestino, aumentam o risco de doenças

respiratórias e disseminação de vírus, deixando a população ainda mais vulnerável em tempos de pandemia.

Por sua vez, as aberturas surgidas no pavimento (buracos), provocadas pela falta de manutenção das vias, alcançam a camada de base, onde há a presença de agregados miúdos que, com a ação do tráfego de veículos e as intempéries naturais, fazem com que estes materiais entrem em suspensão prejudicando a saúde das pessoas nas proximidades do local.

Além disso, os agregados graúdos presentes na camada asfáltica do pavimento existente tendem a se desprender do revestimento e serem arremessados para os imóveis localizados às margens da via, trazendo risco à integridade física e saúde das pessoas nestes locais.

3.2 Da necessidade de constituição de “Sistema de Registro de Preços” (SRP) para atender as demandas de indicações parlamentares.

Conforme demonstrado, a Codevasf-3ª/SR, nos últimos exercícios financeiros, vem sendo contemplada com incrementos substanciais em sua execução orçamentária, especialmente em decorrência da alocação de créditos orçamentários decorrentes de indicações parlamentares.

Ocorre que, considerando a experiência do exercício financeiro de 2019, quando foram executados o montante de R\$229.383.063,00 decorrentes de indicações parlamentares. Desse valor, R\$213.326.550,00 originaram-se de descentralizações do Ministério do Desenvolvimento Regional por meio de Termos de Execução Descentralizadas (TEDs).

Assim, os créditos orçamentários oriundos de TEDs do MDR ensejaram **93% do volume total de recursos de indicações parlamentares** executados pela Codevasf-3ª/SR em **2019**. Sendo que, R\$ 175.600.000,00, ou seja, **76,5% desses créditos de ações parlamentares, foram descentralizados a partir do dia 23/12/2019**, quando restavam, tão somente 08 dias para o encerramento do exercício financeiro.

Dessa feita, o comprometimento orçamentário e consequente contração com recursos decorrentes de indicações parlamentares, em especial das obras e serviços de pavimentação, somente foram possíveis em decorrência da realização prévia dos certames licitatórios para constituição de Registros de Preços (SRP).

Uma vez que, como os créditos dos TEDs somente chegaram no limiar do encerramento do exercício, quando não existia mais tempo hábil para o tempestivo processamento de processos licitatórios. Assim, caso a Codevasf não tivesse Atas de Pregão SRP válidas, não teria conseguido empenhar e contratar mais de R\$ 70 milhões em obras de pavimentação de vias, nos últimos dias de 2019.

No que diz respeito, ao recebimento dos créditos orçamentários em 2019, para execução de obras e serviços de pavimentação de vias, insta frisar que recebemos no dia 25/04/2019 às 14h30, a descentralização efetuada pela nota de crédito da Codevasf-Sede (UGR 195007) nº 2019NC00003, no valor de R\$ 3.000.000,00, decorrente do TED nº 012/2019 – SDRU/MDR, o qual era destinada a execução de obras e serviços de pavimentação no município de Petrolina/PE.

Por sua vez, no 03/12/2019 às 14h12, foi descentralizado pela nota de crédito da Codevasf-Sede (UGR 195007) nº 2019NC003695, o valor total de R\$ 26.500.000,00, decorrente do TED nº 054/2019 – SDRU/MDR, dos quais R\$ 25.870.000,00, eram destinados à promoção do desenvolvimento regional por meio da execução de obras de pavimentação (ND 449051); decorrente da indicação do Sen. Fernando Bezerra Coelho.

Já no dia 04/12/2019 às 11h15, foi descentralizado pela nota de crédito da Codevasf-Sede (UGR 195007) nº 2019NC003734, o valor de R\$ 3.000.000,00, decorrente do TED nº 022/2019 –

SDRU/MDR, o qual era destinada a execução de obras de pavimentação de vias em municípios do Estado de Pernambuco/PE; decorrente da indicação do Dep. Federal Fernando Rodolfo, conforme Ofício nº 136/2019, retificado pelo Ofício nº 036/2019.

Em 27/12/2019 às 21h45, foi descentralizado pela nota de crédito da Codevasf-Sede (UGR 195007) nº 2019NC004529, o valor total de R\$ 120.021.930,37, decorrente do TED nº 105/2019 – SDRU/MDR, dos quais R\$ 93.590.000,00, eram destinados à execução de obras de infraestrutura civil; decorrente da indicação do Sen. Fernando Bezerra Coelho.

Outrossim, neste exercício financeiro de 2020, a Codevasf-3ª/SR, já foi demandada por indicações parlamentares para executar obras e serviços de pavimentação em municípios do Estado de Pernambuco; com créditos orçamentários decorrentes de TEDs do MDR.

Nesse sentido, já foram descentralizados pelo MDR, o montante de R\$ 18.000.000,00, destinados a execução direta de obras de pavimentação, conforme consignado nos TEDs 047/2020 e 050/2020 – MDR.

Assim, no exercício financeiro de 2020, recebemos no dia 18/08/2020 às 15h07 a descentralização efetuada pela nota de crédito da Codevasf-Sede (UGR 195007) nº 2020NC001331, no valor total de R\$ 1.000.000,00, decorrente do TED nº 047/2020 – SDRU/MDR, destinado a execução de obras de pavimentação de vias em município do Estado de Pernambuco; conforme indicação do Dep. Federal. Fernando Coelho Filho, constante no seu Ofício nº 029/2020.

Já no dia 25/08/2020 às 13h59, recebemos a descentralização efetuada pela nota de crédito da Codevasf-Sede (UGR 195007) nº 2020NC001364, no valor total de R\$ 25.000.000,00, decorrente do TED nº 050/2020 – SDRU/MDR, dos quais R\$ 17.000.000,00 destina-se a execução de obras de pavimentação de vias em município do Estado de Pernambuco; nos termos da indicação do Sen. Fernando Bezerra Coelho, consignada no Ofício nº 077/2020.

Entretanto, em decorrência da quantidade de descentralizações recebidas no mês de dezembro de 2019, todo o quantitativo consignados nas Atas de Registros de Preços realizadas por essa Codevasf/Pernambuco para execução de obras e serviços de pavimentação de vias foi comprometido naquele exercício. Tendo, inclusive, sido necessária a adesão à Atas de SRP de outras Superintendências Regionais, após evidenciada a economicidade e vantajosidade, objetivando o máximo de atendimento das demandas surgidas naquele período.

Destarte, imperioso ressaltar o reconhecimento e confiança que o Ministério do Desenvolvimento Regional e a Bancada Parlamentar do Estado de Pernambuco tem diferido a Codevasf, enquanto principal executora e promotora do desenvolvimento regional; pois ano a ano vem demandando cada vez mais pela execução de obras e serviços à Companhia.

Não obstante, como é de notório conhecimento, mesmo com os avanços conseguidos nos últimos anos, a execução do Orçamento Federal ainda carece de melhorias, especialmente no que diz respeito a excessiva concentração da execução orçamentária no limiar do encerramento do exercício.

Pelo que, a realização prévia de licitações para constituição de Registro de Preços (SRP), inicialmente previsto para um restrito leque de bens e serviços, atualmente tem se revelado um importante instrumento de planejamento e de viabilidade da execução do Orçamento Público; inclusive para a contratação de obras e serviços de engenharia, de natureza comum.

Visto que, por meio de licitações tipo Sistema de Registro de Preços, e, em obediência aos princípios da legalidade, celeridade e economicidade, pode-se deflagrar os certames licitatórios, considerando as demandas já existentes, juntamente com a análise da evolução histórica dessas

contratações. Não obstante, possibilite a ampliação da concorrência e, portanto, o recebimento de melhores ofertas.

O sistema de registro de preços constitui um imprescindível instrumento de eficácia para a Administração Pública, viabilizando a contratação constante e de difícil mensuração, por meio do qual é firmado compromisso de contratação com terceiros, materializado na ata de registro de preços.

Sendo que, em função das particularidades desse sistema, torna-se possível adotá-lo diante de demandas padronizadas, inclusive para serviços de engenharia mais complexos. Desde que, decompostos em atividades mais simples, que podem ser objetivamente definidas, conforme especificações usuais no mercado, e possuem natureza padronizável e pouco complexas.

O Pregão é uma modalidade de licitação criada com o objetivo de efetuar o processo de compras públicas de bens e serviços comuns com maior eficiência para a Administração Pública. O conceito de serviços comuns está previsto na Lei nº 10.520/2002.

A escolha da contratação por meio de Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços, proporcionará agilidade, economicidade e resolutividade ao projeto, garantindo que a população se beneficie de seus resultados no menor prazo possível. Ao tempo em que, será garantido o cumprimento dos dispositivos legais previstos no art. 37 da Constituição Federal e das exigências da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações; viabilizando a aquisição dos serviços com preços menores, pois estar-se-á contratando lotes econômicos de compras, nos quantitativos previstos, padronizados e com a garantia de adequação as normas de qualidade.

Outro fator preponderante para a escolha dessa modalidade é a fiscalização dos serviços. Uma vez que, será possível, acompanhar e fiscalizar as obras, que estarão sendo realizadas concomitantemente, em diversos recantos demandados na área de atuação da Codevasf em Pernambuco.

Convém ressaltar que, conforme a Súmula TCU 257: o uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei 10.520/2002.

Nesse sentido, conforme consignado pelo TCU no Acórdão 3144/2012-Plenário TCU: “9.3. dar provimento parcial ao recurso interposto pelo Dnit, tornar insubsistente o subitem 9.8.1 do Acórdão 1.936/2011-Plenário e **dar ciência à Autarquia de que, quando da contratação de serviços comuns, aí incluídos os relativos à conservação rodoviária que possam ser objetivamente definidos em edital, a utilização do pregão é obrigatória**”.

Ao tempo em que, no Acórdão nº 2.600/2013 do Plenário do Tribunal de Contas da União, apreciou-se a utilização do Sistema de Registro de Preços para licitar a construção de creches padronizadas, tendo a referida Corte de Contas entendido, naquele caso concreto, que a demonstração da viabilidade de se estabelecer uma padronização da contratação, bem como as cautelas adotadas em face dos subsistemas construtivos que poderiam ensejar alta variabilidade quantitativa, serviriam de base para afastar a anulação da licitação; conforme Voto do Ministro Relator Valmir Campelo, abaixo colacionado:

“13. (...) Também no intuito de padronizar as contratações, os subsistemas construtivos que envolvessem alta variabilidade quantitativa, a depender do local de execução, foram incluídos à parte na planilha; constam como itens individuais da ata. (...)”

*36. A novidade no caso concreto é que a **modelagem da licitação foi engenhosamente concebida, de maneira a possibilitar, sim, uma padronização de propostas para as creches.** Todos os componentes do objeto que pudessem variar relevantemente de um terreno para outro*

foram expurgados da obra em si, transmutando-se em itens individuais na ata licitada. (...)

40. Se foi demonstrado, nesta situação específica, a viabilidade de se padronizar uma obra (em verdade, se padronizar um anteprojeto), de modo que diversos adquirentes, em diferentes localidades, possam se certificar que se trata de uma proposta vantajosa, em outros casos – pelo menos em tese – esse fim igualmente pode ser atendido. Reconheço, de novo, que a matéria ainda será esmerilhada pela própria evolução jurisprudencial deste Tribunal. Pelo menos com relação ao caso concreto, todavia, não identifico uma ilegalidade direta e inequívoca a justificar a anulação das presentes licitações por ausência de previsão legal.” Grifamos.

Por sua vez, em julgado recente, o **Tribunal de Contas da União (TCU)** ampliou a descrição dos serviços comuns de engenharia, tornando obrigatória a utilização de pregão para sua aquisição. Assim, por meio do **Acórdão nº 713/2019 – Plenário**, o ministro Bruno Dantas entendeu que **“são considerados serviços comuns, tornando obrigatória a utilização do pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, os serviços de engenharia consultiva com padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital de licitação, por meio de especificações usuais no mercado”**.

Assim, inquestionável que considerando as especificações do Certame em epígrafe é **a cabível a utilização do Sistema de Registro de Preços, tendo em vista que se trata de contratação de serviços de engenharia de baixa complexidade, padronizáveis, em que a demanda pelo objeto é repetida e rotineira. Ao tempo em que, os padrões de desempenho e qualidade encontram-se objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais no mercado.** Não obstante, **a impossibilidade de definição prévia do quantitativo e o momento a ser demandado**, por se tratar de contratações decorrentes de indicações de ações parlamentares, quer seja através de Emendas já consignadas na LOA e/ou por meio Termos de Execução Descentralizadas (TEDs), sendo o registro de preços, motivadamente, a solução mais eficiente.

Insta frisar que a impossibilidade de definição prévia do quantitativo a ser demandado, consubstancia-se na impossibilidade de previsão do número e do momento de demandas ao fornecedor registrado durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Ainda no que diz respeito ao objeto do Certame em apreço, os serviços de recapeamentos a serem contratados, tratam-se de serviços de baixa complexidade e baixa complexidade técnica e operacional; com características de imprevisibilidade e que precisam de contratações frequentes.

3.2.1 Da baixa complexidade dos serviços.

O recapeamento de vias com CBUQ, proposto pela Codevasf no certame em apreço, consiste na aplicação de uma camada de ligante asfáltico, com espessura determinada (neste caso específico, $e = 5$ cm), em vias desgastadas pela ação do tempo e do tráfego, carentes de manutenção ou, simplesmente, quando atingir o final da vida útil do pavimento original.

O referido serviço não carece de projeto básico/executivo e/ou estudos preliminares, tendo em vista a não complexidade da execução do recapeamento, por se tratar, meramente, do

recobrimento da via, renovando o tempo de vida útil e o restabelecimento da segurança das pessoas que transitam com veículos por estas vias a serem recuperadas.

Ao tempo em que, o Termo de Referência, a Planilha Orçamentária e as Especificações Técnicas já fornecem elementos suficientes para a correta e adequada execução dos serviços propostos pelo objeto da licitação.

3.3 Serviços de recapeamento em CBUQ - Diligencias já catalogadas na 3ªSR.

Registra-se que já se encontram catalogadas na Codevasf 3ªSR, diligencias específicas para realização dos serviços recapeamento em CBUQ, neste exercício de 2020.

O município de Araripina/PE, requer o recapeamento de 20 (vinte) vias, num total de 58.214,66m². O município de Cedro/PE, também anota a necessidade de realização desses serviços em 8 (oito) logradouros, representando 13.969,00m². Temos ainda 15.672,99m² como demanda do município de Capoeiras, recentemente integrado a área de atuação da 3ªSR.

Ainda dentro da área de atuação da 3ªSR, temos o pedido do município de Pesqueira/PE, que solicita o recapeamento de 7 (sete) vias, num total de 24.380,00m² e do município de Petrolina/PE que registra a necessidade de 11 (onze) vias, perfazendo o número de 80.813,70m². Temos ainda 39.977,86m² no município de Ouricuri/PE, referente ao recapeamento de 20 (vinte) vias.

4 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Deverão ser observados os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- i. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- ii. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- iii. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- iv. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como

mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5 CUSTOS

O valor total dos serviços de recapeamento de vias é de **R\$ 32.313.669,76 (Trinta e dois milhões, trezentos e treze mil, seiscentos e sessenta e nove reais e setenta e seis centavos)**, sendo:

- LOTE 01: R\$ 25.314.110,43 (vinte e cinco milhões trezentos e quatorze mil, cento e dez reais e quarenta e três centavos), para uma área de 280.000,00m².
- LOTE 02: R\$ 6.999.559,33 (seis milhões, novecentos e noventa e nove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e trinta e três centavos), para uma área de 77.000,00m².

Os preços estão referenciados pelas tabelas: SINAPI-PE - Junho de 2020 (Não Desonerada), ORSE - Maio de 2020, SICRO (DNIT) de Outubro de 2019 – última publicação, cotações de mercado, composições de preços unitários elaborados pela Codevasf e o PAINEL DE PREÇOS do Ministério da Economia - disponível no site <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>. Nos custos considerados já estão inclusos BDI's, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos, conforme especificado em planilhas orçamentárias anexas, atendendo ao disposto no Decreto nº 7.893, de 08/04/2013, no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2020 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2020.

A indicação da dotação orçamentária somente é exigida para a formalização do Contrato ou instrumento equivalente, conforme estabelecido no art. 7º, § 2º do Decreto nº 7.892, de 23/01/13.

Petrolina, Setembro de 2020

Alessandra Cristina Rossin
Chefe da 3ªGRD/UEP
CODEVASF

ANEXOS:

- **TED's, Ofícios e Notas de Empenho 2019 – Contratação dos serviços de recapeamento de vias em CBU pela 3ªSR em 2019.**